



PREFEITURA MUNICIPAL DE PALMAS
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE

ATA DA 2ª REUNIÃO ORDINÁRIA DE 2019 DO CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PALMAS-TO

AOS TREZE DIAS DO MÊS DE FEVEREIRO DE DOIS MIL E DEZENOVE, no auditório do Núcleo Estadual do Ministério da Saúde – Tocantins, localizado na Quadra 104 Norte, Avenida LO 4.Lote 19, Plano Diretor Norte, Palmas - TO, deu-se início às quatorze horas e quinze minutos 14:15 em segunda chamada, constatando que existe quórum suficiente, deu-se início a **2ª Reunião ordinária de 2019 do Conselho Municipal de Saúde de Palmas – CMS**. A reunião foi coordenada pelo presidente do Conselho Municipal de Saúde, **Antônio Grangeiro Saraiva**, representante dos usuários, e assessorada pela secretária executiva do CMS. Estavam presentes os (as) conselheiros (as) titulares e suplentes: **Frederico Frederique Silvério, Francileura Pereira da Silva, Gilian Cristina Barbosa, Maria Amélia Sousa Silva, Juliana Veloso Ribeiro Pinto, Relmivam Rodrigues Milhomem, Laeticia Jesn Eble, Kássia Costa Barros, Mario Augusto Santana dos Anjos, Stefhane Santana da Silva, Cliseuda da Silva, João Batista Alves, Raphael Cota Couto, Joseane Araújo Franco, Mario Agostinho Coelho Pinto, Antônio Granjeiro Saraiva, João Cardoso Lima, Vilma Maria Gomes da Silva, Laura Maria dos Anjos, Romeu Aloissio Feix, Sandra Maria Ribeiro Leitão, Múcio Jose B.Lopes Fernandes e Edilson Gomes da Silva.** **ITEM 01 – Apreciação da Pauta.** O presidente do Conselho Municipal de Saúde **Antônio Granjeiro Saraiva** informou que a conselheira Stefhane Santana da Silva solicitou a inclusão de dois pontos de pauta. O ponto de pauta é para tratar da carta de manifesto dos usuários, familiares e trabalhadores do CAPS II e o segundo ponto de pauta é para tratar da alteração do texto referente às atribuições da comissão de educação em saúde e comunicação. Ressaltou que esse pedido de ponto de pauta é da comissão de educação em saúde e comunicação. O presidente informou que o conselheiro Raphael está solicitando ponto de pauta para tratar da apresentação do relatório de insalubridade da Qualilog para serviços auxiliares e administrativo. **Romeu Aloissio Feix** informou que gostaria que fosse colocado em pauta a falta de materiais básicos nas unidades de saúde. **Antônio Granjeiro Saraiva** colocou em votação as solicitações de inclusão de pauta. Ressaltou que todas as solicitações de pauta foram aprovadas. **ITEM 02-Justificativas de faltas / aniversariantes do mês / novos conselheiros.** **Antônio Granjeiro Saraiva** fez a leitura do ofício nº120 da Casa Santa Edwirges que justifica a ausência do conselheiro Sebastião Costa de Lima. Informou que o conselheiro Luís César Nobre de Mello Cardoso justificou a sua ausência na reunião ordinária. O presidente do Conselho Municipal de Saúde fez a leitura do ofício



PREFEITURA MUNICIPAL DE PALMAS
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE

ATA DA 2ª REUNIÃO ORDINÁRIA DE 2019 DO CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PALMAS-TO

nº150/2019/SEMUS/GAB que substitui a conselheira Edinelma Lima Batista por Frederico Frederique Silvério e do ofício nº266/2019/SEMUS/GAB que substitui a conselheira Maria Amélia Sousa Silva por Gilian Cristina Barbosa, Celestina Rosa de Sousa Barros por Maria Amélia Sousa Silva e Jelda Pinto Araújo Fernandes Sá por Marthta de Aguiar Franco Ramos. Em seguida fez a leitura dos ofícios nº003/2019 da Associação de Moradores da Quadra 605 Norte que substitui o conselheiro suplente José Alan de Oliveira Castro por Mario Agostinho Coelho Pinto , ofício nº01/2019/FANPITO que indica Mucio José B.L. Fernandes como conselheiro titular no lugar de José Leonis de Souza e do Ofício S/Nº da Associação dos Pequenos Produtores Rurais do Cinturão Verde de Palmas que indica Dorineide dos Santos Rodrigues Assunção como conselheira titular no lugar de Reijane Gomes de Souza. Ofício nº/ 008/2019 da Sociedade de apoio à luta pela moradia do Tocantins- SALM-TO que indica Bismarque Roberto de Sousa Miranda como conselheiro titular para compor o Conselho Municipal de Saúde de Palmas. **Stefhane Santana da Silva** solicitou que a carta de manifesto dos usuários, familiares e trabalhadores do CAPS II fosse apresentado primeiramente. **ITEM 03-Carta de Manifesto dos Usuários, Familiares e Trabalhadores do CAPS II.** Cleudimar usuário do CAPS II fez a leitura da carta que diz: A assembleia é um espaço democrático de participação popular principalmente dos usuários do CAPS, para avaliar, discutir e propor ações quanto à organização e oferta de serviços na área de saúde mental, além de garantir, promover e ampliar o acesso à Atenção Psicossocial da população. Vale destacar que o espaço da assembleia tem sido fundamental para construção de espaços democráticos nos serviços de saúde, especialmente os que atendem pessoas com transtorno mental, tendo em vista que historicamente estas tiveram o seu direito à liberdade e a expressão negadas. Portanto, as assembleias realizadas no CAPS II visam estimular o protagonismo dos usuários, potencializando a inserção dos mesmos em outros espaços de controle social. As discussões realizadas durante as assembleias englobam a atual conjuntura política do país, os constantes ataques aos direitos do povo brasileiro e ao Sistema Único de Saúde - SUS, em especial a rede de atenção psicossocial e de que forma todo esse desmonte tem impactado o CAPS II. Reconhecendo o Conselho Municipal de Saúde de Palmas como espaço máximo de Controle Social, o coletivo formado por usuários, profissionais e familiares vem através desta carta manifestar e expor alguns problemas permanentes e outros recorrentes que temos enfrentado nos últimos meses no CAPS II. Dentre os



PREFEITURA MUNICIPAL DE PALMAS
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE

ATA DA 2ª REUNIÃO ORDINÁRIA DE 2019 DO CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PALMAS-TO

problemas encontra-se a limitação da estrutura física do CAPS II que tem impedido a realização de consultas e grupos terapêuticos concomitantes, falta de mais de 15 medicações recorrentemente, equipe profissional reduzida com déficit de algumas categorias, corte da linha telefônica, falta de insumos, sobrecarga de demandas ambulatoriais que limitam o cuidado aos usuários que necessitam de projetos terapêuticos intensivos e semi-intensivos, ausência de supervisor/gestor técnico, além das restrições a atividades de reabilitação psicossocial internas e externas ao CAPS. A falta de medicamentos é um problema que se intensificou no mês de novembro de 2018 e que perdura até hoje, o que resulta no agravamento dos quadros psiquiátricos dos pacientes. Importante ressaltar que a maioria dos pacientes ativos neste serviço estão em situação de vulnerabilidade social, e grande parte das medicações custam um valor muito alto, ficando inviável a compra das mesmas. Outro problema sério que temos enfrentado é o corte na linha telefônica o que impede a realização de buscas ativas, informes, e outros serviços que podem ser realizados por esse meio de comunicação. Contamos com espaço físico insuficiente, limitando a realização de atendimentos individuais, atividades e grupos terapêuticos. Portanto sugerimos a construção de um anexo de salas na atual residência do serviço, como uma medida paliativa, porém solicitamos urgência quanto a construção do novo prédio do CAPS II e também do CAPS infanto-juvenil para que os usuários e profissionais consigam realizar todas as atividades que são previstas na lei 10.216/01, fortalecendo as práticas e cuidados em saúde mental. É perceptível que o número de pessoas com adoecimento mental aumenta gradativamente, e com isso cresce também a demanda para o CAPS. No entanto, esbarramos em outro problema: o déficit de profissionais, que somados a falta de estrutura física e recursos materiais se tornam fatores geradores de estresse e sobrecarga, prejudicando a qualidade do cuidado ofertado aos pacientes. Lidamos com problemas básicos, como falta de papel higiênico, copo descartável, sabão para higienização dos utensílios, materiais para desenvolvimento de oficinas, como a culinária, artesanato ou qualquer outra programação. Ressaltamos que as atividades ou programações, como datas comemorativas são quase sempre realizadas com recurso dos profissionais e usuários. Aproveitamos a oportunidade para manifestarmos veementemente o nosso repúdio a Nota Técnica nº 11/2019 do Ministério da Saúde lançada no último dia 05 de fevereiro, que é uma afronta ao processo da Reforma Psiquiátrica que estava em curso no país e a todos os anos de lutas e conquistas



PREFEITURA MUNICIPAL DE PALMAS
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE

ATA DA 2ª REUNIÃO ORDINÁRIA DE 2019 DO CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PALMAS-TO

na área da saúde mental que reconhece o tratamento integral em liberdade garantindo os direitos humanos de cada cidadão. Repudiamos a possibilidade do retorno do cuidado centrado nas internações em hospitais psiquiátricos, as técnicas de ETC (eletrochoques) sem controles e fiscalizações, o fim da política e das estratégias de redução de danos junto as pessoas com transtornos mentais e/ou em uso prejudicial de álcool e outras drogas, dentre outros itens que ferem o funcionamento da Rede de Atenção Psicossocial e Política Nacional de Saúde Mental construída arduamente nos espaços de controle social. Por isso, senhor secretário, reconhecendo o seu compromisso ético como gestor público sanitário, pedimos que tenha maior sensibilidade ao olhar para a saúde mental do município de Palmas, pois todas as situações elencadas nesta carta refletem o modelo de cuidado ofertado e exercem influência também na relação entre os usuários e a equipe. Assim, solicitamos o apoio deste conselho municipal de saúde para solucionar as questões citadas anteriormente.

Laura Maria dos Anjos parabenizou a leitura da carta e colocou o SISEMP como parceiro nessa ação junto ao CAPS. **Frederico Frederique Silvério** informou que gostaria de pedir desculpa aos usuários do CAPS II. Ressaltou que está trabalhando para melhorar as condições em especial do CAPS II. Ressaltou que na parte de estrutura o CAPS está em um local inadequado. Informou que em março vai fazer o lançamento da licitação com previsão de entrega da obra no início de 2020 da sede definitiva do CAPS II. É uma obra que tem aporte de recursos próprios no montante em torno de 450 mil reais de contrapartida municipal e a outra parcela são recursos federais. Esses recursos já estão reservados e o projeto já foi aprovado nas questões de engenharia e a licitação se dará em março. Quanto a falta de medicamentos foi realizada uma licitação e ela se mostrou deserta em 15 itens. Realmente são 15 itens que estão em faltas no CAPS. Como a licitação deu deserta está sendo feito um processo de contratação emergencial com dispensa de licitação que é um processo célere, mas que mesmo assim tem o seu trâmite jurídico burocrático legal. No período de 30 dias provavelmente esses itens estarão sendo entregues e será buscado um meio de requisição mas ágil para tentar ultrapassar esse obstáculo da dispensa que é um requisito legal. Informou que em relação a falta de materiais algumas unidades já está com o serviço de limpeza terceirizado e a expectativa e fazer a extensão desse serviço para toda a rede. É um serviço mais viável e melhor administrado via terceirização do que toda essa logística de disponibilização de agentes próprios. A solução de contratação nesse meio e mais adequada e o aditivo também



PREFEITURA MUNICIPAL DE PALMAS
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE

ATA DA 2ª REUNIÃO ORDINÁRIA DE 2019 DO CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PALMAS-TO

dessas unidades que não estão sendo atendidas por esse modelo de contratação está sendo viabilizada. Alguns itens no ano passado devido a questões de disponibilidade orçamentária a licitação não pode ser executada e ficou para ser executada em janeiro. No ano passado a secretaria teve um percentual um pouco mais de 15% e mesmo com o aporte de 0,3% no final do ano a secretaria não conseguiu as dotações suficiente para manter toda a rede, por isso que esse ano a prefeita se empenhou junto a câmara de vereadores para conseguir um orçamento de 17% que viabiliza um ano melhor, principalmente em relação a esses insumos e contratações. Quanto a responsabilidade técnica o CAPS tem uma responsável técnica só que ela não está sendo remunerada com a gratificação de responsável técnico e esse processo está em regulamentação em toda a rede. Foi feito um estudo de responsabilidade técnica em toda a rede e esse estudo mostrou um impacto muito elevado mediante a lei que se tem aprovada. Foi redesenhado essa situação e a secretaria está tentando viabilizar o quanto antes para que esse servidor venha a ser renumerado e um impacto de um pouco mais de 1 milhão de reais e a secretaria não possui essas dotações para atender esse modelo de estudo. Está sendo feito um novo estudo para que esse valor fique dentro da realidade do orçamento da saúde municipal. Ressaltou que ano passado a folha de pagamento chegou a 83,5% é preciso ter cautela e analisar qualquer espécie de gratificação até porque isso tem um grande impacto no orçamento da saúde e a secretaria já está com ele bastante estrangulado. Em relação a telefonia houve a suspensão devido a migração do novo contrato telefônico e essa despesa é centralizada e contratada pela secretaria de finanças. Ressaltou que é sensível a situação do CAPS II e as soluções estão sendo providenciadas pela gestão nesse ano de 2019. Em relação a linha de cuidado terapêutico já foi feito um trabalho no CAPS AD e esse trabalho já tem data para ser realizado no CAPS II. **Juliana Veloso Ribeiro Pinto** informou que está sendo feita uma reestruturação de toda a rede de atenção em saúde justamente com a atenção primária e para rede a psicossocial a secretaria está pensando em uma reestruturação junto com a atenção primária com acompanhamento do plano terapêuticos especificado para cada cuidador tanto na atenção primária como na secundária. Esse trabalho foi feito no CAPS AD junto com os servidores e usuários e cada um contribuiu de uma forma. Ressaltou que o trabalho será feito nos dias 21 e 22 no CAPS II. Agradece a presença dos usuários do CAPS II. **Stefhane Santana da Silva** agradeceu a atenção de todos e a sensibilização em relação a carta lida e tudo que foi colocado nela, mas ficou



PREFEITURA MUNICIPAL DE PALMAS
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE

ATA DA 2ª REUNIÃO ORDINÁRIA DE 2019 DO CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PALMAS-TO

faltando algumas coisas que os usuários gostaria de ter resposta. Na carta foi solicitado a construção de algumas salas em anexo na estrutura atual, pois até o prédio novo ficar pronto vai levar um tempo e as atividades precisa acontecer e as pessoas precisam ser atendidas. Questionou o que pode ser feito mesmo que de forma paliativa para resolver essa situação até o prédio novo ficar pronto? a outra questão é em relação a nota técnica e o conselho não pode deixar passar batido e deixar de discutir a nota técnica que foi lançada pelo ministério da saúde. Essa nota técnica é uma afronta e um retrocesso no processo da reforma psiquiátrica. **Frederico Frederique Silvério** informou que respeito da estrutura física como o imóvel é locado a secretaria não pode fazer intervenção de nenhuma construção, mas dentro desse processo terapêutico que vai ser estudado no dia 22 a Juliana vai apresentar algumas questões de reestruturação desse serviço e alternativas que vai ser debatidas com a equipe e alguns usuários para tentar encontrar algumas soluções para essa demanda física e da prestação de serviço .Mas o local que o CAPS II está instalado não passará por reforma por falta de amparo legal e pôr a estrutura ser particular a secretaria não poder fazer esses benefícios estruturais. **Juliana Veloso Ribeiro Pinto** informou que a reestruturação da rede não é para reduzir oferta de serviço. Será uma reunião com servidores e usuários e definiremos um plano terapêutico e esse plano será inserido no CAPS II. **Frederico Frederique Silvério** informou que em relação a nota técnica o conselho tem a propriedade de fazer uma moção de repúdio se todos os presentes concordarem. **ITEM 04 – Apresentação e Deliberação do Plano de Contingência das arboviroses.** **Nábia Souza Gomes** fez a apresentação do Plano de Contingência das arboviroses. **Marttha de Aguiar Franco Ramos** informou que está visitando várias unidades de saúde para fazer a mobilização para as pré-conferências municipais e para a conferência municipal de saúde e alguns presidentes de bairros estão participando das mobilizações e nessas mobilizações houve vários questionamentos de presidentes de associações de moradores com relação a ações conjuntas que eles gostariam de estar fazendo nas quadras para combater a dengue e eles gostaria de fazer parceria com a Secretaria de Saúde. Informou que gostaria de saber quais as ações que a secretaria está fazendo em relação ao combate à dengue para poder está divulgado junto à comunidade. **Nábia Souza Gomes** informou que tem um cronograma de mutirões que está passando nas quadras .Ressaltou que tentou articular junto com a assessoria de comunicação para esta divulgando e tem o fumacê que está passando em todas as



PREFEITURA MUNICIPAL DE PALMAS
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE

ATA DA 2ª REUNIÃO ORDINÁRIA DE 2019 DO CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PALMAS-TO

quadras. **Gilian Cristina Barbosa** informou que a secretaria tem realizados várias ações de enfrentamento em relação a dengue, além das atividades de rotinas que é a visita dos agentes de endemias. É importante reforçar que algumas localidades do município que está acima do preconizado pelo Ministério da Saúde que é o índice de infestação predial e já está em caso de epidemia. Quando essas localidades estão com esse índice de epidemia o recomendado é que haja o carro fumacê. Ressaltou que a secretaria tem trabalhado junto com o CCZ e os agentes das regiões para divulgar o horário que esse carro vai passar e quais os cuidados que a população deve ter em relação a abrir janelas e portas e também na questão da limpeza dessas áreas. É importante colocar que 77% dos focos do mosquito que são encontrados no município estão localizados dentro das residências. O município tem ponto estratégico que é um problema como todos sabem a questão da garagem, no entanto está unindo forças através de uma sala de combate ao mosquito, onde está a representação de toda a secretarias. É importante reconhecer que no combate à dengue precisa envolver tanto o poder público como a sociedade. Ressaltou que a secretaria está trabalhando de um forma para organizar a rede SUS como a rede privada, pois muitas vezes o usuário tem dado entrada primeiro na rede privada e algumas vezes não tem o manejo adequado e após isso vai para a rede SUS. A secretaria tem trabalhado no sentido de promover capacitação para todos os profissionais e tem uma agenda onde vai ser contemplado todo esse serviço e vai poder dirigir esse paciente na rede para garantir um bom atendimento à saúde. **Joseane Araújo Franco** informou que o poder executivo precisa agir. Informou que em Araguaína existe uma lei municipal de 2008 que institui no âmbito do município de Araguaína, Estado do Tocantins, a implementação das atividades de orientação e fiscalização nos programas municipais de vigilância, controle e prevenção à dengue e de leishmaniose visceral e dá outras providências. Ressaltou que já procurou um vereador para estar fazendo um requerimento de lei que responsabiliza a pessoa onde for encontrado o foco do mosquito. Ressaltou que é necessário endurecer as regras por meio de legislação. **Heguel Belmiro Souto de Albuquerque** informou que fica muito feliz com a fala da conselheira Joseane. Informou que o fumacê mata mosquito da dengue mais também mata abelha, borboleta, ou seja, uma série de insetos que são benéficos para a natureza. Hoje a produção nas lavouras está caindo por falta de abelha. Ressaltou que esses é um dos pontos negativos do uso de maneira desvairada, mas nesse caso não é desviada devido ser um caso de urgência e



PREFEITURA MUNICIPAL DE PALMAS
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE

ATA DA 2ª REUNIÃO ORDINÁRIA DE 2019 DO CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PALMAS-TO

emergência, mas que poderia ser evitado se de fato existisse o controle legal da dengue, ou seja, o controle embasado nas leis com a punição dos casos reincidentes. É necessário leis federais e municipais para que haja o controle legal, mais isso não acontece porque essas pessoas que são infratoras em saúde pública também são eleitores e eles votam e esse ciclo vicioso continua jogando veneno no ambiente e pessoas morrendo com uma série de doenças vetoriais. Informou que gostaria de provocar a gestão para discutir a necessidade de uma assessoria jurídica montada dentro do CCZ para que haja fluxo dessas demandas. Ressaltou que o CCZ precisa ser reestruturado nesse contexto. **Mario Agostinho Coelho Pinto** informou que ninguém cria mosquito da dengue porque quer. O problema é que a população não tem visto a Secretaria Municipal de Saúde, a Secretaria Estadual e o CCZ. Hoje tem 50 quadras na região norte e todo mundo está com dengue. A televisão falou em 1700 casos mais acredita que seja só os funcionários deles, pois a região norte toda está com dengue. Ressaltou que não tem visto nenhuma ação da Secretaria Municipal e Estadual. Há muito tempo vem tentando implantar um programa junto com a comunidade no sentido de orientar os moradores para não acontecer aquilo que o colega falou do mosquito nascer por acaso ou despropósito, pois não se ver agente de saúde andando na região. Ressaltou que na sua quadra não tem agente de saúde. Informou que a ideia era tentar ajudar o governo no sentido de erradicar ou ajudar erradicar, pois não foi feito nenhum programa de prevenção da dengue. Ressaltou que não foi feito um planejamento por parte dos governos para prever essa situação catastrófica que já fugiu de epidemia e vocês não sabem a realidade daquilo que está se passando. O governo tem escondido os relatórios e números da comunidade. Informou que tem tentado de todas as formas ajudar. Ressaltou que o morador tem cuidados das suas casas. Todos os parques da cidade estão impregnado de mosquito da dengue. Informou que curiosamente veio essa ação do fumacê e foi sorteado quatro quadras e as quadras principais não foi passado fumacê. Ressaltou que muitas coisas estão sendo maquiadas e a situação está muito delicada, mas está morrendo gente de dengue. É uma utopia falar que a dengue vai ser controlada e que dois carros de fumacê vai resolver a situação. É necessário voltar os olhos para essa questão e não está tendo mas controle da situação do mosquito da dengue. Ressaltou que gostaria que fosse feita uma reunião para ouvir a comunidade. **Frederico Frederique Silvério** informou que não pode ser feito certos palanques sem uma questão científica e dizer que as quadras são sorteadas e que os



PREFEITURA MUNICIPAL DE PALMAS
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE

ATA DA 2ª REUNIÃO ORDINÁRIA DE 2019 DO CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PALMAS-TO

gestores e profissionais de saúde está evitando a notificação. A dengue é doença de notificação obrigatória e tem um artigo no código penal que diz que o profissional que não notificar obrigatoriamente ele comete crime. Se o conselheiro está dizendo que o servidor está cometendo crime e ele não está isso é calúnia, injúria entre outras coisas. A secretaria tem o controle específico acerca desse modelo de notificação e a secretaria segue o modelo de protocolo do ministério da saúde. Todo o planejamento vem baseado na legislação federal e quanto a legislação municipal esse é um movimento que pode ser feito e o legislativo pode querer dá instrumento de punição a quem quer que seja e esteja com um foco, mas esse é um trabalho mais de conscientização. Ressaltou que a secretaria fez um mapa para identificar qual a área está mas endêmica e com o nível maior de infestação e é nesses locais que está sendo usado o fumacê justamente para não utilizar de maneira indiscriminada em áreas que não são necessárias. Ressaltou que gostaria de reforçar essa questão para não atribuir ao profissional de saúde essa tese que estão escondendo dados, pois a administração é transparente e está sendo levado os casos a notificação se não por exames até por áreas endêmicas e por isso que está com esse elevado grau de notificações e confirmações. Desde de novembro está sendo mapeado as áreas que estão com maior infestação e as ações da secretaria estão sendo feitas. O círculo viral vem de quatro em quatro ano. Informou que não gostaria que fosse imputado certas questões que não são verídicas e passar como verdadeiras, pois isso não ajuda o trabalho da secretaria e faz e espalhar o pânico igual tem saído em grupo de whatsapp que a prefeitura está pulverizando a água e que o veneno causa o câncer. Inventam uma série de notícias que não contribui para o combate da infestação que está acontecendo e essa questão de imputar que os profissionais não estão registrando e outra questão que não ajuda, pois os registros estão sendo feito. **Romeu Aloissio Feix** informou que às vezes as pessoas acham que estão resolvendo um problema de saúde e acaba criando outros problemas. Ressaltou que o seu filho pegou dengue e por acaso o CCZ passou pela manhã e à noite o seu filho foi diagnosticado com dengue. Questionou como está sendo feita a notificação por parte da rede privada? **Nábia Souza Gomes** informou que o sistema de vigilância para captação de caso e padronizado a nível de ministério da saúde e nota -se todo o trabalho dentro dos serviços de saúde tanto público como privado da importância da notificação dos casos suspeitos. Há um trabalho na rede privada junto com os responsáveis técnicos a questão da obrigação da notificação dos casos. A secretaria capta todos os casos de notificação



PREFEITURA MUNICIPAL DE PALMAS
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE

ATA DA 2ª REUNIÃO ORDINÁRIA DE 2019 DO CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PALMAS-TO

independente de ser da rede pública ou privada. **Antônio Granjeiro Saraiva** colocou em votação o plano de contingência das arboviroses. **Antônio Granjeiro Saraiva** informou que o plano de contingência das arboviroses foi aprovado. **ITEM 05 – Apreciação e deliberação do Plano de ação para intensificação da vigilância e controle da Leishmaniose Visceral- 2019.** **Ana Cristina** fez a apresentação do Plano de ação para intensificação da vigilância e controle da Leishmaniose Visceral- 2019. **Joseane Araújo Franco** informou que entrou em site de uma vereadora de Santa Catarina com o nome Maria da Graça. Ressaltou que a secretaria precisa trabalhar com políticas de saúde. Questionou quais as políticas que o município tem desenvolvido? Informou que entrou em contato com a assessora jurídica dessa vereadora e ela falou que em 2014 foi um tempo muito difícil para ela. Como está a política de castração do animal? A assessora da vereadora falou que a situação melhorou só quando começou a castração massiva de animais. É preciso desenvolver outras políticas junto com ONGs e outras instituições para a adoção de animais. Em Santa Catarina está tão evoluído que eles tem áreas para os animais. Informou que recentemente recebeu uma denúncia que têm animais com doenças sendo descartados no aterro. Ressaltou que em Santa Catarina foi criada uma diretoria do bem estar dos animais justamente para tratar da problemática que é o maus tratos dos animais. Questionou como se dar a política estadual do controle da doença? Qual a taxa da detecção de doenças? Qual os exames que tem sido feito nos animais para detecção da doença? Como é elaborado o plano de intensificação de vigilância e controle de Leishmaniose? O tratamento da doença é ofertado em tempo hábil? Quais os medicamentos indicados e se o poder público disponibiliza esse medicamento para a população? Como se dá a política de educação e saúde na comunidade? Informou que o conselho municipal de saúde através das reuniões dos conselhos locais deve levantar quais são as doenças mais incidentes e toda reunião dos conselhos locais ter um momento formador junto com o conselho municipal de saúde. A SEMUS tem realizado fórum temático para debater a respeito da Leishmaniose? **Raphael Cota Couto** questionou se essas palestras feitas nas escolas são realizadas apenas quando a escola solicita? **Heguel Belmiro Souto de Albuquerque** parabenizou a equipe do CCZ pelo o trabalho que vem fazendo, pois o SUS trabalha em um horizonte tão imenso que não é fácil trabalhar com a estrutura que existe ainda. Quando é feita alguma crítica ou comentário é necessário ter maturidade de interpretar que é no sentido construtivo de melhorar ou aprimorar. Informou



PREFEITURA MUNICIPAL DE PALMAS
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE

ATA DA 2ª REUNIÃO ORDINÁRIA DE 2019 DO CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PALMAS-TO

que é necessário ter muita cautela em algumas afirmações. Ressaltou que a respeito da Leishmaniose tem uma tese de mestrado e essa tese diz que a Leishmaniose em Palmas ela surge nas Aurenys e tem uma tendência migratória do vetor para a região central. O CCZ é centralizado em uma região centro norte e a região que tem mais casos de Leishmaniose e na região sul de Palmas. Informou que o usuário dessa região não tem o acesso devido ao CCZ e algumas pessoas as vezes não tem dinheiro para pagar um ônibus para chegar ao CCZ não vai ter condições de levar seu animal no CCZ para fazer um exame. É necessário reestruturar e descentralizar o CCZ para atender os usuários e trazer o serviço para próximo desses locais. **Mario Agostinho Coelho Pinto** informou que na região norte já houve óbito de Leishmaniose. Quando acontece do animal está infectado ou possivelmente infectado as pessoas liga para o CCZ e o pessoal do CCZ não vai buscar o cachorro e ainda questiona se tem como levar o cachorro. A pessoa não quer pegar um cachorro que está doente. Antes tinha a carrocinha que buscava o cachorro e descartava no aterro que não tem nenhum tratamento e daqui a pouco vocês darão atenção para esse caso. A preocupação é em colher o animal, pois a população não tem condição de evitar a Leishmaniose. A responsabilidade de buscar o cachorro é do CCZ, pois a população não tem condição de colocar um cachorro doente no colo e levar até o CCZ para ser feito o exame e em seguida trazer o cachorro de volta e daqui a 90 dias conforme o prazo solicitado pelo CCZ para ver se o exame deu positivo. É necessário imediatamente reverter esse quadro e o CCZ precisa voltar a buscar o animal no local. **Antônio Granjeiro Saraiva** informou que colocará em votação o item 05 após a apresentação do item 06. **ITEM 06 – Apresentação de como está sendo feito o controle de doenças zoonóticas e zoonoses como: dengue; zika; chikungunya; malária; febre amarela (imunoprevenível); doenças de chagas; leishmaniose visceral; leishmaniose tegumentar americana, raiva, tracoma, zoonoses e animais peçonhentos e o da entomologia médica.** **Martha Malheiros** informou que o processo de trabalho é em cima das portarias do Ministério da Saúde que é preconizado quais as atividades que o CCZ pode realizar. Algumas questões que foram levantadas em relação ao bem estar animal e recolhimento de alguns tipos de animal entre outras questões não são a muito tempo atribuições do CCZ. As atribuições específicas do CCZ é a redução do risco sanitário do município, essa é a prerrogativa inicial do CCZ. Algumas questões estão em debates e não tem regulamentação e por isso algumas coisas ainda fica solta. Recolhimento de animais doentes que têm a suspeita de



PREFEITURA MUNICIPAL DE PALMAS
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE

ATA DA 2ª REUNIÃO ORDINÁRIA DE 2019 DO CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PALMAS-TO

leishmaniose, quando é feito esse acionamento ao CCZ é deslocado uma equipe até o local para fazer o teste rápido e o teste rápido fica pronto na hora e se o teste for positivo esse animal é recolhido. Se a pessoa liga e fala que o animal está com leishmaniose, esse animal será recolhido, mas se o animal está machucado o CCZ não vai fazer o recolhimento desse animal. Em relação a castração esse procedimento já é realizado no CCZ, porém não é obrigação do CCZ fazer, mas como o município de Palmas é endêmico em relação a leishmaniose e outros agravos o CCZ continua fazendo. No ano passado foi ofertado 1032 vagas e apareceram poucas pessoas, pois muitas vezes a pessoa agenda e não leva o animal. Além dessa ação de castração existe a parceria com as OGNS que ajudam nessa ação de castração e também para adoção. As ações do CCZ é uma coisa importante, mas também é importante pensar que não vai ser ações do setor de saúde sozinho que vai dar conta, todas as ações são Intersetorial e não vai ter nenhuma ação que a secretaria vai resolver sozinha quanto saúde esse problema de saúde pública dessas zoonoses. Em relação a letalidade nos casos de leishmaniose ela é alta, mas é alta devido a maior parte dos casos ser de infecção principalmente o HIV o tratamento são de manejos muito difícil. A droga para tratamento de leishmaniose é uma droga tóxica. Um paciente com mais de 50 anos ele tem que fazer o tratamento internado e tem uma droga específica. Há a droga para tratamento que tem um manejo difícil e o diagnóstico não é um diagnóstico fácil e às vezes esse diagnóstico é feito muito tarde. O trabalho da secretaria não é aleatório e o ministério da saúde tem as regras e a secretaria tem que cumprir essas regras que o ministério preconiza, no caso do fumacê ele não é comprado pela Secretaria de Saúde e sim enviado pelo Ministério da Saúde. Quem compra o inseticida e o ministério da saúde tem o espaço para ser utilizado e a secretaria está seguindo o preconizado do plano. Se não utilizar o fumacê e aumentar o número de casos e ocorre óbitos o conselho vai questionar porque a secretaria não usou de todas as alternativas que o ministério preconiza para ser realizado e isso cabe caso de improbabilidade e responsabilização legal. Existe um protocolo a ser seguido e a secretaria está seguindo à risca esse protocolo. Todo o trabalho da secretaria é baseado pelo número de casos e onde se encontra o vetor e é por isso a importância da notificação dos profissionais de saúde e o trabalho que os agentes fazem nas quadras Existe um cronograma e ele é dinâmico e todo dia ele é atualizado. Informou que vai enviar o cronograma para o e-mail do conselho. Na sala intersetorial foi organizado as ações da infraestrutura junto com as ações da SEMUS e



PREFEITURA MUNICIPAL DE PALMAS
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE

ATA DA 2ª REUNIÃO ORDINÁRIA DE 2019 DO CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PALMAS-TO

está sendo feitas ações integradas nesse sentido. Em relação às ações a SEMUS tem os residentes na região norte que tem um estágio comunidade para trabalhar somente as ações na área das arboviroses e durante esse ano eles passaram em vários grupos da região norte trabalhando essa questão. Ressaltou que já foi enviado um projeto de lei para câmara para punir onde encontrar os criadores, porém essa lei não chegou a ser aprovada na câmara de vereadores. **Kássia Costa Barros** informou que os conselheiros não podem esquecer dos seus papéis enquanto conselheiros. Informou que é necessários os conselheiros manter suas energias e empenho para mobilizar a sua área geográfica e segmento para as conferências locais e municipal de saúde. O município de Palmas como o estado se baseia em algumas legislações que norteia e temos que responder por elas. Tem muita coisas que não consegue ser feitas enquanto gestão e trabalhador porque é preciso seguir algumas normas e legislações. O ente público só pode fazer aquilo que é determinado que ele faça. É preciso levar essas propostas para a conferência e se não resolver que leve para o legislativo. É necessário ter foco e ver o que precisa ser feito incomum para melhorar a assistência e a qualidade do serviço que é ofertado ao usuário e o ambiente de trabalho aos trabalhadores do SUS e seguir a legislação como ela tem que ser seguida. Informou que cria cães a muitos anos e a responsabilidade é dela, pois quando resolveu criar cachorro não foi perguntar ao CCZ se poderia criar. Não se pode transferir responsabilidade para os outros e saúde pública passa por várias áreas é necessário ter esse cuidado. **Mario Agostinho Coelho Pinto** questionou uma vez que a secretaria não está dando conta e o conselho não está conseguido fortalecer será se existe a possibilidade de chamar esses segmentos para orientar a comunidade, pois tem muita gente que não sabe diferenciar o mosquito da dengue do pernilongo. **Frederico Frederique Silvério** informou que o fumacê está de acordo com os protocolos estabelecido e não causa impacto na saúde humana diretamente do jeito que está sendo feito. Certas falas alarmistas fazem e prejudicar o trabalho em vez de fazê-lo eficaz. O município não faz essa ação de forma discriminada e isolada. **Martha Malheiros** informou que está disposta a fazer essas ações junto com os conselhos locais de saúde e associações de moradores é está disponível para apresentar as ações para a comunidade em geral. **Mario Augusto Santana dos Anjos** informou que fez parte do seletor grupo de secretários que teve a satisfação de assumir um serviço estranho que foi a endemias um serviço que era exclusivo da SUCAM. Ressaltou que desenvolveu uma pesquisas que



PREFEITURA MUNICIPAL DE PALMAS
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE

ATA DA 2ª REUNIÃO ORDINÁRIA DE 2019 DO CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PALMAS-TO

demonstra os problemas que aconteceu ao longo do tempo. Ressaltou que essa pesquisa demorou de chegar nas mãos do ministro para ver se modifica uma portaria para alterar alguns critérios que são aplicados no combate. Ressaltou que no momento oportuno vai trazer essa pesquisa e apresentar no conselho. **João Cardoso Lima** informou que as erosões dos córregos que protege o mosquito durante o verão e quando chove os mosquitos vão para as áreas verdes. Ressaltou que é necessário gradear as áreas verdes para combater o mosquito. **Antônio Granjeiro Saraiva** colocou em votação o Plano de ação para intensificação da vigilância e controle da Leishmaniose Visceral- 2019. Informou que o Plano de ação para intensificação da vigilância e controle da Leishmaniose Visceral- 2019 foi aprovado. **ITEM 07– Apresentação da data - base e piso nacional dos Agentes de Combate às Endemias e Agentes Comunitários de Saúde.** **Heguel Belmiro Souto de Albuquerque** fez a apresentação da data - base e piso nacional dos Agentes de Combate às Endemias e Agentes Comunitários de Saúde. **Antônio Granjeiro Saraiva** informou que o Conselho Municipal de Saúde está à disposição do SISEMP para debater e contribuir com essa pauta. **ITEM 08- Apresentação do relatório de insalubridade da Qualilog para serviços auxiliares e administrativo.** **Raphael Cota Couto** informou que no ano passado fez uma solicitação de pauta a respeito desse item e a secretaria informou que tinha contratado uma empresa para fazer esse relatório. O conselho oficializou a empresa solicitando o relatório e a empresa informou que o relatório já tinha sido encaminhado para a secretaria. Ressaltou que como membro da comissão intersectorial de saúde do trabalhador gostaria de ter acesso a esse relatório. **Frederico Frederique Silvério** informou que o laudo LTCAT'S já foi concluído e a solicitação é para disponibilizar o laudo e a secretaria vai disponibilizar. As insalubridades são reguladas por um decreto que determina os percentuais sem um embasamento. É necessário a mudança da lei para que haja a adequação da base de cálculo que LTCAT'S incidirá, mas para isso é necessário a mudança na lei para que a base de cálculo seja única e o trabalhador receba de acordo com o grau de insalubridade avaliada pela LTCAT'S Ressaltou que repassará o relatório conforme solicitado pelo conselheiro. **ITEM 08– Alteração do texto referente às atribuições da comissão de educação em saúde e comunicação.** **Antônio Granjeiro Saraiva** informou que dentro das atribuições da Comissão de Educação em Saúde e Comunicação esta as seguintes atribuições: Acompanhar, fiscalizar, propor e colaborar com as políticas, projetos e programas de educação em saúde e dar publicidade às ações e



PREFEITURA MUNICIPAL DE PALMAS
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE

ATA DA 2ª REUNIÃO ORDINÁRIA DE 2019 DO CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PALMAS-TO

deliberações realizadas pelo Conselho Municipal de Saúde e os membros da comissão não se sentiram à vontade em relação a uma palavra dentro das atribuições que é fiscalizar e a coordenadora da comissão gostaria que a plenária do conselho suprimisse a palavra fiscalizar das atribuições da comissão de Educação em Saúde e Comunicação. **Francileura Pereira da Silva** informou que já existe uma comissão de fiscalização. A comissão optou para que fosse suprimido a palavra fiscalizar porque já existe a comissão de fiscalização que vai fiscalizar tudo inclusive as atividades de educação em saúde. Os próprios membros da comissão de Educação em Saúde e Comunicação são as pessoas que estão desenvolvendo esse processo de educação em saúde. Como a comissão vai fiscalizar as mesmas propostas que ela mesmo propõe. **Stefhane Santana da Silva** informou que solicitou esse ponto de pauta para colocar em discussão entre os conselheiros e ouvir a opinião de cada conselheiro. **Mario Augusto Santana dos Anjos** informou que o conselho tem que seguir o seu regimento mesmo a plenária sendo soberana. Ressaltou que para modificar o regimento interno do conselho tem que ser eleita uma comissão provisória que fará a discussão do assunto e irá trazer para a plenária votar. **Antônio Granjeiro Saraiva** informou que esse assunto será discutido em uma reunião extraordinária que será marcada a data e enviada a convocação para todos os conselheiros. **ITEM 09– Falta de materiais básicos nas unidades de saúde.** **Romeu Aloissio Feix** informou que está recebendo diversas reclamações que está faltando materiais básicos nas unidades de saúde. **Gilian Cristina Barbosa** informou que as unidades de saúde já foram abastecidas com os materiais básicos. **ITEM 10–Informe das Comissões.** Sem informes. **ITEM 11– Informes dos Conselheiros Locais.** Não audível. **ITEM 12– Informes dos Conselheiros Municipais.** **João Cardoso Lima** informou que no centro de saúde alto bonito tem um educador físico que acompanhava um grupo de idoso e acabou o contrato desse educador e o grupo de idoso está solicitando a renovação do contrato desse educador físico. A unidade básica de saúde da Aurenny I o guarda está reclamando que o prédio não tem muro e está solicitando mais segurança no prédio. A gerente informou que a população da Aurenny IV está sendo atendida os serviços de laboratório na unidade de saúde da Aurenny I. Eles estão solicitando que um pouco desse atendimento laboratorial seja remanejado para outra unidade, pois na Aurenny I não tem espaço para atender toda essa demanda. **Joseane Araújo Franco** informou que várias entidades estão organizando um bloco de carnaval para redução de danos. Ressaltou que

